

Os movimentos populares em Cuba, no Uruguai e no Brasil: uma análise sobre a luta contra a dependência e a colonialidade

The Popular Movements in Cuba, Uruguay and Brazil: an analysis of the struggle against dependence and coloniality

CAMILA OLIVEIRA DO VALLE | cienciapocamila@bol.com.br

Doutora em Ciência Política e professora da Graduação em Direito da Faculdade Internacional Signorelli

Recebimento do artigo Maio de 2017 | **Aceite** Junho de 2017

Resumo A pesquisa analisa o contexto político, econômico e social de Cuba, Brasil e Uruguai, tendo como referência a teoria da dependência e a teoria pós-colonial, a fim de compreender os impactos da organização econômica de cada país e sua relação com o sistema mundial na constituição e no desenvolvimento dos movimentos populares latino-americanos, como o Movimento 26 de Julho, a Ação Libertadora Nacional e o Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros. Diante da dominação imperialista e da situação de exploração sob a qual viviam muitos países, diferentes movimentos populares foram organizados, caracterizados pela busca de uma transformação radical da sociedade. A pesquisa parte da hipótese de que a luta contra a subordinação econômica, contra a colonialidade e o imperialismo formou parte dos movimentos populares latino-americanos, que reivindicaram uma unidade latino-americana e questionaram o eurocentrismo e, especialmente, a dominação estadunidense como ponto central de suas ações. **Palavras-Chave** Movimentos populares; Dependência; Colonialidade; Imperialismo.

Abstract The research analyzes the political, economic and social context of Cuba, Brazil and Uruguay, with reference to dependency theory and postcolonial theory, in order to understand the impacts of the economic organization of each country and its relation to the world system in the constitution and in the development of Latin American popular movements, such as the 26th of July Movement, the National Liberation Action and the National Liberation Movement - Tupamaros. Faced with the imperialist domination and the situation of exploitation under which many countries lived, different popular movements were organized, characterized by the search for a radical transformation of society. The research is based on the hypothesis that the struggle against economic subordination, against colonialism and imperialism was part of the Latin American popular movements, which demanded Latin American unity and questioned Eurocentrism and especially US domination as a central point of their actions..

Keywords Popular Movements; Dependency; Coloniality; Imperialism.

A América Latina, a teoria da dependência e a teoria pós-colonial

A história da América Latina é formada pela luta popular. Durante a escravidão, quilombos e revoltas de pessoas negras escravizadas questionaram a exploração a que estavam submetidas. Guerras pela independência foram travadas contra a colonização europeia e pela libertação nacional. Opondo-se à “teoria do desenvolvimento”, a Teoria da Dependência surge na América Latina, na segunda metade da década de 1960, tentando explicar as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países. Dos Santos (2000) afirma que estes países haviam, desde os anos 30, se orientado na direção da industrialização caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências imperialistas por uma indústria nacional. Terminado o ciclo depressivo, restabelecia-se, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. A indústria nos países dependentes e coloniais serviu de base para o desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 40 a 60.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são compreendidos como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ambos ao mesmo tempo. O imperialismo bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas das nações colonizadas, decepta seu poder de crescimento econômico, de desenvolvimento educacional etc. A teoria da dependência mostra a tendência à exclusão social crescente, ao aumento da concentração econômica e da desigualdade social. Concentrador e excludente estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional. A teoria evidencia a divisão entre um centro econômico, tecnológico e cultural, uma periferia subordinada e dependente e formas de semiperiferia.

A partir de um estudo histórico, Quijano (2005) relaciona o processo de expansão do capital com a colonização da América e a divisão racial do trabalho. O autor afirma que a globalização em curso é a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial, a partir do qual foi classificada a população da América e do mundo. Com a América, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. Raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados, reforçando-se mutuamente.

O que começou a formar-se com a América tem em comum três elementos centrais: a *colonialidade do poder*, o *capitalismo* e o *eurocentrismo*. A colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital, dos assalariados, do mercado de capital, enfim, da sociedade e da cultura associadas a essas determinações. Em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa tinha o controle do mercado mundial e pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Os colonizadores expropriaram as populações colonizadas, reprimiram as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. E forçaram os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa.

Segundo Quijano (2005), o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geografi-

camente concentrada na Europa e, dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista. Na América, as distintas formas de controle do trabalho – a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário – não eram uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial, porque todas e cada uma eram articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si e porque, para preencher as novas funções, cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais. Na América as formas conhecidas de trabalho e de controle do trabalho não emergiram numa sequência histórica unilinear. Elas não foram uma extensão de antigas formas pré-capitalistas. As formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial.

Cientistas sociais e movimentos populares tentam definir o caráter da economia latino-americana e sua organização política. A caracterização como feudal fortalecia a proposta política de revolução democrático-burguesa ou, então, de democrático popular (conforme a proposta maoísta). A identificação dos países como capitalistas fortalecia o sentido de revolução socialista. Dos Santos (2000) afirma que a crítica de Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate. Gunder Frank, inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, questionou as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa, declarando o caráter capitalista da América Latina desde o início. A América Latina é um produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, surgida para atender as demandas da Europa e inserida no mundo do mercado mundial capitalista. Dos Santos (2000) concorda com a essência da crítica de Gunder Frank, mas critica o caráter estático do modelo do autor e o seu desprezo das relações de produção assalariadas como fundamento mais importante do capitalismo industrial. Para Dos Santos, a América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser identificada ao modo de produção feudal. As relações servis e escravistas foram parte de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital financeiro em pleno processo de acumulação, de modo que não se podia esperar que a revolução democrático-burguesa fosse o fator mobilizador da região. Todavia, não se deve subestimar o obstáculo representado pela hegemonia do latifúndio exportador e pela sobrevivência das relações servis ou semi-servis na formação de uma sociedade civil capaz de conduzir uma luta revolucionária. Em Cuba, estavam configuradas avançadas relações assalariadas na agroindústria açucareira, conforme mencionou Bambirra (1974).

Quijano (2005) argumenta que uma revolução antifeudal, portanto democrático-burguesa, no sentido eurocêntrico sempre foi uma impossibilidade histórica na América Latina. A independência política, desde inícios do século XIX, está acompanhada na maioria dos novos países pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. Na América a escravidão foi estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. A servidão foi imposta aos índios para servir aos mesmos fins. Todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América atuavam simultaneamente e foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo. Só com a América, pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. O capitalismo como sistema de relações de produção constituiu-se na história com a emer-

gência da América. A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial não é uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. E são eles mesmos, cada um deles, configurados da mesma maneira.

Dos Santos (2000) afirma que o debate sobre o feudalismo se desdobrou no debate sobre a burguesia nacional e a revolução democrática. Gunder Frank negou o caráter nacional das burguesias latino-americanas, formadas nos interesses do comércio internacional, tendo identidade com os interesses do capital imperialista. Dos Santos e outros sociólogos mostraram a consciência política e econômica do empresariado nacional, cujo projeto possuía limites estruturais diante de uma expansão das empresas multinacionais para o setor industrial. Desde 1974, Fernando Henrique Cardoso aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. Para Dos Santos, estas teses ganharam força internacional e criaram o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar no México, na Argentina, no Peru, na Venezuela, na Bolívia e no Brasil. O caminho de submissão estratégica crescente, seguido pelas burguesias latino-americanas, parece confirmar as previsões sobre seu caráter “entreguista” e “comprador”.

Quijano (2005) entende que um dos exemplos mais claros de equívocos na América Latina é a história da questão nacional. A dependência dos senhores capitalistas não provinha da subordinação *nacional*. A subordinação veio devido à dependência. Durante a crise econômica dos anos 1930, a burguesia de países como Brasil e Uruguai foi forçada a produzir os bens para seu consumo, que antes importava. Esse foi o início do caminho latino-americano da industrialização dependente, substituindo bens importados.

Analisando o processo de formação do Estado-nação de Espanha e França, Quijano (2005) constata que um importante processo de democratização da sociedade é a condição básica para a nacionalização dessa sociedade e de sua organização política num Estado-nação moderno. O processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não foi um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação. No Uruguai, houve um limitado, mas real, processo de homogeneização colonial (racial), por meio de um genocídio massivo da população aborígine. Na América Central, uma frustrada tentativa de homogeneização cultural através do genocídio cultural dos índios, negros e mestiços. No Brasil, a imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros. O autor argumenta que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, seja em menor medida como no caso estadunidense ou de modo decisivo como na América Latina. O grau atual de limitação depende da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais. Na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. As classes sociais têm “cor”. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista.

Os movimentos populares em Cuba, Uruguai e Brasil

A independência, no século XIX, não garantiu o fim da dominação, da subordinação e da dependência dos países latino-americanos. Essas questões permanecem ao longo do século XX, inclusive, quando os EUA intensificam a exploração na América Latina, a partir da instalação de governos favoráveis a seus interesses econômicos. Impulsionados pela libertação dos laços de dominação historicamente estabelecidos, diferentes movimentos se constituíram. Para Tristán (2006), na década de sessenta se desenvolveu no mundo ocidental uma corrente política conhecida como *Nova Esquerda*, caracterizada pela busca de uma transformação radical da sociedade e sua oposição à esquerda tradicional estabelecida, especialmente aos partidos comunistas. Na América Latina, essa corrente teve originalidade e características próprias, por conta da influência da revolução cubana. A opção pela luta armada revolucionária foi seu principal elemento definidor.

Em Cuba, reinava a miséria, a fome e o analfabetismo. Castro (1972) afirma que a instituição armada, criada pelos EUA depois da sua intervenção na ilha durante a segunda guerra da independência, iniciada por Martí em 1895, era um instrumento das empresas norte-americanas e da alta burguesia cubana. A grande crise econômica desatada nos EUA durante os primeiros anos da década de 1930 implicou altos níveis de sacrifício para Cuba. Os acordos comerciais impostos pelos EUA fizeram o país ficar totalmente dependente dos produtos de sua indústria e de sua agricultura desenvolvida. Em 1952, Batista dá um golpe de Estado, recrudescendo a repressão contra os seus opositores. Castro era do Partido Ortodoxo e lançou um manifesto contra o golpe, chegando a apresentar um escrito legal, perante o Tribunal de Urgência, acusando Batista e Zaldívar de terem cometido delitos previstos no Código de Defesa Social, por terem, inclusive, por meio da violência, violado a Constituição, atacado o governo legalmente constituído e suspenso as eleições. Nenhum magistrado respondeu às indagações.

A primavera de 1952 permitiu o surgimento da complementação do projeto estratégico concebido por Fidel, antes mesmo de 10 de março. Fidel começa a organizar as primeiras células de atividade, esperando trabalhar junto aos líderes do partido, dispostos a lutar contra Batista. Mas o partido era incapaz de conduzir o povo diante da crise. Atomizado em várias tendências, apesar de serem contrárias ao golpe, não estava disposto a fazer a revolução. Fidel constata que não pode contar com a direção do partido. Influenciado pela participação que teve no assalto ao quartel, nos primeiros dias de abril de 1948, na Colômbia, começa a organizar formas de conseguir armas, caminho que ele entende adequado para derrubar a tirania. Os primeiros esforços organizativos do núcleo inicial do movimento começaram a criar e instruir os primeiros grupos de combate, sem pretensão de dirigir a luta, mas com a ideia de participar da luta comum com as demais forças de oposição. Centenas de homens ficaram infiltrados em outras organizações, para tentar conseguir armas. Concluem, após esse esforço de unidade, que não conseguirão as armas desta forma, sendo necessário ou comprá-las ou tomá-las. Suspendendo as relações com as organizações e já tendo concebida sua própria estratégia e tática, o movimento começa a traçar um caminho independente.

Em um discurso de 1966, Fidel afirma que eles pensavam que podiam tomar as primeiras armas para começar a armar o povo, ou seja, o “punhado de homens” não bastaria para derrotar o regime mas podia desatar a força do povo, capaz de derrotar o regime. Mencia (1986, p. 373) afirma que a concepção de uma organização militar popular como a que se preparou para o assalto ao Moncada, que seria o início da insurreição armada, se ajustava aos postulados de Marx, em *Crítica ao Programa de Gotha*. Fidel, por outro lado, afirma que sempre manteve contato com os comunistas, entretanto, mantinha divergência com o partido comunista. Para a vanguarda que surgia, com Fidel, não existia contradição entre a concep-

ção de luta de massas e a concepção de insurreição armada. Eram influenciados por Martí e pelo Partido Revolucionário Cubano, organização de massas, que se organizou para realizar a insurreição armada na América, no século XIX. O propósito de levantar as massas populares para a insurreição acompanha a militância de Fidel desde cedo, quando participou de manifestações, como em 1947. Mas, agora, após o 10 de março e antes do Moncada, trata-se de aproveitar uma situação revolucionária em ascensão para impulsioná-la, elevar a consciência sobre a necessidade de um determinado método de luta e sua disposição para combater, transformar já os sentimentos e o pensamento em ação para promover já a revolução mediante a insurreição armada. Em consequência, apenas uma única vanguarda, ainda em preparação, pode superar os inconvenientes. Fidel explicava que todos estavam de acordo que as condições objetivas estavam dadas em Cuba, mas as condições subjetivas ainda não, concluindo que a melhor professora das massas é a revolução mesma, o melhor motor é a luta de classes, a luta das massas contra seus exploradores. A revolução e o processo revolucionário vão criando a consciência revolucionária. As armas deveriam ser tomadas dos inimigos e estavam nos quartéis. Daí o assalto ao Moncada.

Diante das tentativas, sem sucesso, de conseguir armas de organizações e personalidades supostamente comprometidas em combater a tirania, esta vanguarda começa a elaborar um vasto plano de insurreição popular, de luta armada revolucionária a partir de uma ação inicial, a tomada de um dos principais bastiões militares da tirania de Batista. Ferro (2013) escreve que Fidel tentou a luta pacífica, que não deu resultados, passando, a partir de então, a organizar um movimento insurrecional capaz de tirar Batista do governo e abrir uma nova etapa de lutas em Cuba, dando fim, no país, “às verdadeiras independência e soberania pelas quais gerações inteiras dos melhores cubanos morreram no século XX, combatendo heroicamente contra o colonialismo espanhol” (FERRO, 2013, p. 47). O caráter dirigente que Fidel possuía permitiu que, na sede permanente do Partido Ortodoxo, ocorressem reuniões e tarefas organizativas do movimento. Mencia (1986) afirma que o movimento se apoiou taticamente na organização de base do Partido, para nutrir suas fileiras iniciais. E isso aumentou após o assalto ao Moncada, quando o movimento se ampliou durante o período da prisão dos sobreviventes e, mais ainda, durante o período de preparação para o reinício da guerra total. O movimento não surge buscando ser uma força independente, mas, quando percebe que o partido não tem a disposição de realizar a luta armada revolucionária, decide que precisa seguir por conta própria, elaborando o plano do Moncada.

O movimento acabou negando as posições políticas do partido e apropriou-se do melhor que ele tinha: o espírito incorruptível e a combatividade explosiva que o caracterizou seu fundador Eduardo Chiabás e as massas revolucionárias, os seus elementos que estavam realmente dispostos a fazer a revolução. A concepção em que se baseou a iniciativa, a preparação e a consumação do assalto ao Moncada estavam arraigadas nas tradições patrióticas e revolucionárias e, segundo Mencia (1986), nos princípios e na metodologia do marxismo-leninismo. O objetivo imediato fundamental posto na ordem do dia em sua fase inicial forçava a adoção de uma tática de ampla unidade e aglutinamento da maior quantidade possível de forças sociais que serviam aos fins de superar a primeira etapa. Segundo o Informe Central do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1982, a proclamação do socialismo nesse período de luta insurrecional não teria sido compreendida pelo povo e o imperialismo teria realizado uma intervenção diretamente com suas forças militares em Cuba. A queda da tirania e o programa do Moncada uniam o povo. Mencia afirma que a não afirmação do caráter socialista do movimento atendia a uma ordem estratégica. Por outro lado, esse caráter não era negado, posto que o movimento adotou o programa de “Joven Cuba” de Guiteras, que afirmava o caráter socialista.

Santamaría (2005), uma das mulheres que participou do Assalto ao Moncada, afirma que a transformação, após o Assalto, foi total. A posição de Santamaría é que não se pode dizer que eles foram ao Moncada fazer uma revolução socialista. Para ela, foram ao Moncada com a ideia de fazer uma mudança, de que homens melhores governassem, para dizer ao povo que há quem “morra pela bandeira”. Eram

martinianos e hoje são marxistas sem deixar de ser martinianos. Mencia (1986, p. 364) cita uma declaração de Fidel de 1973, afirmando que alguns militantes, antes mesmo de 10 de março de 1952, já tinham convicção de que a solução dos problemas de Cuba era revolucionária, que o poder teria que ser tomado com as massas e com as armas e que o objetivo teria que ser o socialismo. Em um discurso de 1975, afirma que as ideias da revolução eram as ideias do assalto ao Moncada, tanto as políticas como as estratégicas.

A insurreição armada se concebeu como uma necessidade para o desenvolvimento da revolução econômica e social. Ainda que no plano estratégico a revolução econômica e social era o determinante, ficava cronologicamente dependente do insurrecional-tático, posto que tudo dependia do êxito desta primeira fase, quando predominava a ação militar para tomar o poder. O motor pequeno seria a tomada do Moncada, a fortaleza mais longe da capital que, uma vez nas mãos do movimento, faria andar o motor grande, que seria o povo combatendo, com as armas capturadas, pelo programa que seria proclamado. Mencia (1986) afirma que a primeira parte do plano consistia em promover uma insurreição popular armada, apoiada por uma greve geral revolucionária. A tática de assalto ao Moncada tinha esse fim. A tomada do quartel de Bayamo seria a operação de apoio à ação militar de Santiago de Cuba, com o propósito de cortar a principal via de acesso de reforço da tirania de Holguín a capital oriental e interceptar as comunicações telegráficas e telefônicas entre esta e o resto do país. Realizada a insurreição no Oriente, se promoveria sua extensão às demais províncias até transformá-la em um movimento armado de todo o povo. Se falham essas ações iniciais, continuaria a luta nas montanhas – até por isso escolheu-se Santiago de Cuba. Anos mais tarde, Fidel analisa a estratégia e a tática, afirmando que seria possível prescindir do assalto ao Moncada e da expedição do Granma, tendo iniciado logo a luta na Sierra Maestra. A vitória no Moncada poderia ter sido mais fulminante, derrubando o regime mais rapidamente, ainda que já estivessem preparados para levar uma luta longa, caso não fosse possível vencer. Buscavam tomar a fortaleza, render o resto dos quartéis do Oriente, convocar a luta de todo o povo, chamar os trabalhadores à greve geral – exatamente o que fizeram em 1959, com a diferença que já possuíam um Exército de três mil homens treinados.

No documento conhecido como “Manifesto do Moncada”, os revolucionários afirmam que se levantam para prosseguir a revolução inacabada que iniciou Céspedes em 1868, continuou com Martí em 1895, e atualizou Guiteras e Chibás, na época republicana. Entre seus distintos pontos, mencionam que a revolução declara sua decisão firme de situar Cuba no plano de “bem-estar e prosperidade econômica que assegure seu rico subsolo, sua situação geográfica, sua agricultura diversificada e sua industrialização, que foram exploradas por governos ilegítimos e espúrios, por ambições desmedidas e por interesses culpáveis” (Mencia, 1986, p. 632). Além disso, reconhece e se orienta pelos ideais de Martí, pelas bases do Partido Revolucionário Cubano, pelo manifesto *Montecristi*, fazendo seus os programas revolucionários da “Joven Cuba”, da “ABC Radical” e do Partido do Povo Cubano (Ortodoxos).

Ferro (2013) afirma que novos combatentes eram recrutados. Comerciantes, agricultores, artesãos, estudantes, técnicos médios e desempregados – uma vez que assumiam o compromisso, passavam a conhecer as características secretas do movimento. Segundo o autor, as principais características do movimento eram a honra, o desinteresse material, o patriotismo e a luta pela transformação de Cuba em uma sociedade nova, próspera, onde a justiça, a ordem e o respeito aos direitos dos cidadãos fossem sagrados. Em uma reunião da qual Abel Santamaría fez parte, foram explicadas as bases e os objetivos que perseguiram: não se tratava somente de derrotar Batista, mas sim de “mudar tudo”.

Mencia (1986), analisando a estrutura do movimento, afirma que Fidel ocupava a direção máxima, com Abel e Raúl Martínez Araras, que formavam um pequeno núcleo executivo para realizar as tarefas mais secretas e as atividades mais delicadas. A direção se completava com um comitê civil, composto por outros militantes. Nunca existiu uma organização militar dentro do movimento, ou seja, o movimento foi em sua totalidade uma organização político-militar revolucionária. Em seu sentido funcional, era in-

tegrado celular, secreta e compartimentadamente com esses propósitos. Os que desenvolviam as denominadas tarefas de direção civil não estavam isentos das obrigações militares. Nesse sentido, a possível contradição entre mando político e mando militar não pôde ter espaço em uma direção centralizada que possuía ambas as faculdades.

Segundo Ferro (2013), a célula central, composta por em torno de dez homens, era o núcleo dirigente, com a responsabilidade máxima de organizar e transladar as orientações. Cada membro tinha, sob seu mando, uma célula que podia estar integrada por até dez membros, que se reuniam e trabalhavam independente umas das outras, de modo que a compartimentação entre elas garantia a segurança em caso de traição. Dos membros que eram da célula central, alguns tiveram destaque na ação do Moncada. A preparação continuava, inclusive, com práticas de comando. Entre agosto de 1952 e janeiro de 1953 ocorre a etapa de crescimento e estruturação do movimento, ainda que continuassem ingressando membros com mais rigor seletivo. O movimento chegou a contar com cerca de 1500 homens treinados e agrupados em 150 células. A limitação de armamento reduziu a participação nas ações do 26 de julho a homens escolhidos em apenas 25 células. Na medida que ingressavam, ficavam incorporados a uma das células, que não se relacionavam umas com as outras. Na “Granjita Siboney” os revolucionários se reuniram, vindos de diferentes cidades. Entre eles, duas mulheres. Lá, Fidel fala da missão: atacar o Quartel Moncada dando a liberdade para que cada um decidisse se iria ou não participar da ação.

O movimento segue se organizando após o assalto ao Moncada. Reuniões e ações continuam ocorrendo, é intensificada a luta pela anistia. Fidel, mesmo na prisão, continua organizando planos. Inclusive, é na prisão que muitos militantes passam a entrar para o movimento. Desde o Presídio Modelo da Isla de Pinos, enviou mensagens e o texto inteiro de seu discurso *La Historia Me Absolverá*, para manter viva a revolução. Segundo Valdespino (2012), após a anistia, em 15 de maio de 1955, Fidel se dedicou a preparação de um movimento sólido para continuar a luta contra a tirania. Em 12 de junho de 1955, é fundado o Movimento 26 de Julho (M26). Diante das dificuldades de continuar o trabalho político em Cuba, por conta da repressão de Batista, Fidel parte para o México em 7 de julho de 1955. O M26 organiza-se em Cuba e, no México, com treinamentos militares, reuniões, busca de fundos, aluguel de casas, publicações, entrevistas etc. É organizada a volta para Cuba, com o iate *Granma*. Muitos expedicionários estiveram em Cuba, atuando, inclusive, com ações de sabotagem, até serem mandados para o México, às vezes por conta da perseguição política. Em dezembro de 1956, os expedicionários do Gramma, incluindo Fidel, Raul e Che Guevara, que se incorpora ao Movimento no México, desembarcam na Sierra Maestra, onde serão realizadas ações militares.

O M26 não era um movimento homogêneo. Guevara (2013) relata uma discussão que ocorreu no México, mostrando a divergência entre seus membros. Enquanto ele defendeu a necessidade de um programa revolucionário, a partir de um golpe com princípios, onde se deveria saber o que fazer com o poder, um dos assaltantes do Quartel Moncada, que depois se afastou do movimento, argumentou que era necessário dar um golpe contra Batista, dando ainda mais concessões aos americanos. O M26 atuou na Sierra Maestra e nas cidades, organizando a luta armada e construindo o Exército Rebelde a partir das montanhas, que terá sua primeira vitória com o combate de La Plata, em 1957. Segundo Guevara, o Exército Rebelde teve apoio especial dos camponeses, que se incorporam em suas fileiras, mas avançou quando contou com o apoio da classe trabalhadora. O autor defenderá a guerra de guerrilhas e argumenta que, simultaneamente à incorporação dos camponeses à luta armada por suas reivindicações de liberdade e justiça social, surgiu a palavra de ordem que foi mobilizando as massas oprimidas de Cuba em luta pela posse de terra, qual seja, a reforma agrária. Castro (1972) afirma que durante os primeiros meses de 1957, enquanto se consolidava a guerrilha na montanha, ocorria um processo de reorganização do aparato clandestino do M26 nas cidades. Na Sierra, o Exército Rebelde vai se desenvolvendo, realizando ações de tomada de quartéis, buscando armas, organizando escolas e fábricas de armas, criando e de-

envolvendo uma Rádio Rebelde. A partir de emboscadas, evitavam o avanço das tropas de Batista. Com entrevistas dadas a jornalistas estrangeiros, conseguem falar sobre seu programa e mostrar que seguem vivos. Nas cidades, ações de sabotagem e de tomada de armas são realizadas.

Guevara (2013) afirma que o assassinato de Frank País marcou uma viragem na estrutura do movimento. Respondendo ao impacto emocional da morte de País, o povo de Santiago de Cuba foi às ruas espontaneamente, produzindo um primeiro contato de greve geral política, que paralisou o Ocidente. Dessa forma, o movimento constatou a necessidade de incorporar à luta pela libertação de Cuba o fato social dos trabalhadores e imediatamente começaram as ações clandestinas nos centros obreiros para preparar uma greve geral que ajudasse o Exército Rebelde a conquistar o poder. Após a vitória contra a ofensiva das tropas de Batista, o Movimento parte em três colunas, partindo Cuba ao meio e, com a vitória em Santa Clara e a fuga de Batista, ganha ainda mais força. Já nos primeiros dias, 800 exilados voltam para Cuba. A Rádio Rebelde noticia a existência de um novo governo, formado pela oposição burguesa moderada, com participação do Movimento 26 de julho. Guevara indica que é “um governo estranho”. Fidel livra-se dos “puros” e dos batistianos moderados.

Em fevereiro, Guevara faz um discurso em El Pedrero, fazendo um chamado para a revolta agrária radical: a destruição do latifúndio. Incita à formação de associações de camponeses, constituídas de baixo para cima pelo voto popular. Em 13 de fevereiro produz-se o conflito entre as duas facções do governo: o primeiro-ministro Miró Cardona, representante dos setores conservadores, apresenta sua renúncia, alegando a existência de um duplo poder – o do exército rebelde e o do governo. Fidel assume o cargo. O governo promulga medidas sociais, intervindo na companhia telefônica e nos ônibus metropolitanos. Baixa os aluguéis e confisca os bens que tinham sido apropriados ilicitamente pelos funcionários do governo de Batista. O preço dos remédios diminui. Em 9 de abril, em uma reunião de governo, ocorreram tensões entre os três grupos: uma ala esquerda, dirigida por Che e Raúl, uma ala direita reforçada pelos moderados e ligada a setores da oligarquia agrária, e um terceiro setor da esquerda que combina o anti-imperialismo com a crítica ao comunismo. Colocando-se “acima” das tendências está Fidel. Che entende que a reforma agrária realizada pelo governo é moderada, por não mexer com o ponto fundamental que era acabar com os latifúndios. A ação de Fidel contra os pecuaristas produz uma reação da ala direita do governo, que protesta contra a influência comunista. Ocorre a primeira reação oficial dos EUA, por meio de uma nota pública. Após a fuga de Díaz Lanz, Fidel faz mudanças no gabinete governamental e entram quadros não socialistas da ala esquerda do 26 de julho e um membro do Diretório Revolucionário.

Fidel enfrenta Urrutia e, para aumentar a pressão, renuncia ao cargo. Produz-se uma reação popular, uma greve geral e uma marcha camponesa em direção à Havana e Urrutia se vê obrigado a renunciar. Fidel desmonta uma conspiração dos pecuaristas mais conservadores e captura um avião com armas. O governo diminui o preço dos livros escolares e das tarifas elétricas. É promulgada a lei de minas, do petróleo, o bloqueio petrolífero e a desapropriação das companhias de petróleo. São nacionalizadas as centrais açucareiras e a companhia de eletricidade. Em 13 de outubro, os EUA iniciam o bloqueio econômico, o embargo de todas as mercadorias destinadas a Cuba. Cuba nacionaliza 400 bancos, engenhos de açúcar e fábricas e é promulgada a lei de reforma urbana, que entrega moradias aos habitantes ou congela aluguéis. Em 23 de fevereiro, o governo cria o Ministério da Indústria. Às seis da manhã de 15 de abril, aviões dos EUA pilotados por cubanos treinados pela CIA bombardeiam Cuba. Nesse contexto, Fidel assume o caráter socialista da revolução. Nessa noite, um grupo tenta invadir a ilha pela praia Girón. A rápida resposta e mobilização cubana faz os invasores retrocederem.

Bambirra (1974) questionou as interpretações correntes da revolução cubana e reivindicou o papel das lutas democráticas, das massas urbanas, da mobilização histórica pela greve geral e até uma boa parte da militância do Partido Comunista Cubano no êxito da revolução. Ela aplicava a teoria da dependência para mostrar as verdadeiras causas do processo revolucionário cubano e suas dificuldades. Dos

Santos (2000), por outro lado, critica a direção tomada pelo movimento em Cuba que voltava a ser um país exportador de cana de açúcar e importador de manufaturados. Mas o socialismo, segundo ele, permitiu utilização dos excedentes desta exportação na implantação do mais avançado projeto educacional, de saúde e de controle popular sobre o Estado.

Cuba impulsionará a luta revolucionária na América Latina, sendo objeto de debates e divergências. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a crise no Uruguai intensificou. O Uruguai, nos anos 1960, se distinguia dos demais países sul-americanos por sua estabilidade sociopolítica. A prosperidade econômica havia promovido o surgimento de uma numerosa classe média. Uma queda repentina na demanda de carne e lã, os dois principais produtos de exportação do Uruguai, no final da década de 1950, trouxe desemprego em massa, inflação e um brusco descenso do padrão de vida. Para Tristán (2006), 1955 foi um ano de duplo significado no Uruguai, representando o início de uma grave crise econômica – que se tornaria política e social e com a qual se colocaria fim ao modelo de país conformado com as primeiras décadas do século XX, que durante meio século se pautou pelo desenvolvimento nacional – e o início de transformações no seio da esquerda uruguaia, com as mudanças de linhas partidárias (Partido Comunista e Partido Socialista) e a renovação de velhas estruturas (caso da Federação Anarquista Uruguaia). Cores (1997) afirma que o ano de 1968 é um marco importante no ciclo de instauração de um regime autoritário no Uruguai e uma nova relação de forças entre as classes. Sasso (2005) afirma que no Uruguai de 1969 o governo nacional de Areco já havia instaurado uma quase ditadura. Grupos fascistas atacavam o movimento sindical. Tristán (2006) argumenta que o golpe de 1973 cortou o desenvolvimento dos grupos e tendências revolucionárias e consolidou a viragem conservadora que se dava no governo uruguaio desde 1968.

Já em 1957 Sendic realiza uma militância entre os assalariados rurais do norte do país, prestando assessoria jurídica. Esta prolongada tarefa de organização do movimento obreiro é cristalizada com a criação de importantes sindicatos, como os “remolacheros” (SUDOR), os da empresa “El Espinillar” (URDE) e os trabalhadores da cana de açúcar (UTAA – União dos Trabalhadores de Açúcar Artiga), em 1961. Em 1958, inúmeras mobilizações acontecem.

Mercader e Vera (1969) afirmam que o trabalho de liderança, primeiro sindical e depois político de Sendic, no meio proletário rural e particularmente *cañero*, se encontra nas raízes dos Tupamaros. Sendic, quando dirigente do Partido Socialista (PS), ficou responsável por organizar os trabalhadores do departamento de Paysandú e, depois, os trabalhadores das plantações de cana de açúcar, abastecedores da empresa estatal ANCAP, no departamento de Salto, e das empresas norte-americanas CAINSA e Azucarlito, no Departamento de Artigas, limítrofes com o Brasil e a Argentina. Em 1964, Sendic e outros homens fazem a primeira marcha sobre Montevideo, reclamando terras para trabalhar. Em 1963, Sendic e outros militantes tomam armas de um clube de tiros e, depois disso, o movimento fica na clandestinidade.

Os autores argumentam que, apesar de serem múltiplas as versões sobre o nascimento do MLN-Tupamaros, em sua maioria, coincidem em sinalizar como ponto de partida o desastre eleitoral que os comícios de 1962 significaram para a União Popular. Na UP, havia um grupo heterogêneo praticante da ação direta que relacionou o fracasso da UP ao esgotamento das vias constitucionais. Bloqueado o caminho ao poder por meio das urnas, entre a derrota e os exemplos dos países latino-americanos, o grupo começou a montar bases da futura organização tupamara. Os autores indicam que, talvez, o primeiro passo correspondeu aos integrantes de um setor juvenil do PS onde militava Raul Sendic. Entre novembro de 1962 e julho de 1963 – desde as eleições até o roubo de armas em *Nueva Helvecia* – o processo foi se acelerando e ali o incipiente MLN recebeu o apoio de elementos do PS. Era formado por militantes de grupos que há tempos polemizavam na esquerda uruguaia, realizando a ação direta. Nessa etapa que vai de final de 1962 a meados de 1964, a organização se arma e se fortifica na clandestinidade, definindo a forma de luta guerrilheira no Uruguai. No início, com a presença de Sendic, com contatos nas zonas

rurais, o MLN foca no interior do país, especialmente nas zonas de fronteira. Em junho de 1964, o movimento vai para Montevideo, com uma marcha *cañera*, permitindo seu crescimento, a partir da incorporação de elementos do proletariado urbano, da classe média e da burguesia. Os autores afirmam que ele é uma “frente” e não um movimento. O MLN não “seleciona” seus membros, apenas capitaliza sua espontaneidade.

Por outro lado, Ruben García afirma que o MLN foi um movimento e não um partido, formado por socialistas, comunistas, anarquistas e cristãos de esquerda. Teria nascido como tal em 1966, quando ocorre um acidente em uma ação e ele vem à tona. Para ele, a tomada de Pando gera um crescimento organizacional, ampliando o movimento. O MLN era organizado a partir de colunas, que podiam reconstituir a si mesmas. Essas colunas tinham um comando político, um militar e um de serviços.

O MLN vai polemizar sobre as alternativas de guerrilha, se urbana ou rural, a partir de um debate sobre a situação do Uruguai. Mercader e Vera (1969), citando Guillén, afirmam que, estrategicamente, em caso de uma revolução popular, em um país com alta população urbana, o centro de gravidade da guerra revolucionária deve estar na cidade. Apesar das condições reais do Uruguai, em 1965, quando deram forma ao movimento, os Tupamaros estavam diante do saldo deixado pelas guerrilhas rurais da América Latina, muitas delas tendo fracassado. Diante disso, adotaram a guerrilha urbana. Os Tupamaros aderem à revolução socialista em seus princípios gerais, mas não penetram em detalhes que podem conduzir à “esterelidade verbalista” ou reduzir a amplitude de um programa marxista de libertação.

Na entrevista publicada por “Punto Final”, ao ser perguntado sobre um exemplo histórico de como funciona o princípio de que a ação revolucionária gera consciência, organização e condições revolucionárias – princípio fundamental do MLN – o tupamaro responde que Cuba é esse exemplo, onde, em lugar de um longo processo de formação de um Partido de massas, se instalou um foco guerrilheiro com uma dezena de homens, e este fato gera consciência, organização e condições revolucionárias que culminam em uma revolução socialista.

Costa (1975) apresenta o “regramento” da organização, que indica que o MLN aspira ser a “vanguarda organizada das classes exploradas em sua luta contra o regime”. É a união voluntária e combativa de quem é consciente de seu dever histórico. O MLN trata de guiar o povo pelo caminho da libertação definitiva, que se concentrará na formação de uma sociedade socialista e une suas forças à luta pela libertação que se desata em todo o continente americano. Pode ser membro do MLN qualquer pessoa que, aceitando seu programa e seu regramento, milite organizadamente nele. O caráter do MLN é clandestino, o organismo de base é a célula, e o mínimo de membros são dois. Estima-se que o MLN chegou a ter 10 mil membros. Num contexto de correlação de forças desfavorável, o objetivo principal era mudar essa correlação, crescendo e debilitando o inimigo. A partir de pequenas células, o movimento foi atuando.

Em 1965, distintas ações de sabotagem são realizadas, quando os laboratórios Bayer são atacados e pela primeira vez é rubricado “Tupamaros”. Em 1966, há uma convenção. Em dezembro, enfrentamentos nas ruas, prisões e desmantelamento de células. Em 1968, ocorrem distintas ações, como o atentado contra um líder que apoia o governo e o sequestro do presidente da companhia telefônica estatal. A sede da *General Motors* é atacada, quando da visita de Nelson Rockefeller ao Uruguai. No dia seguinte, uma ação produz interferência em uma emissora de rádio para lançar um manifesto, contendo a mensagem de “Fora Rockefeller”, como os panfletos deixados na GM. Em 1969, sequestraram um banqueiro em apoio à greve dos bancários. Em julho de 1970, sequestram Dan Mitrione, agente da CIA, e o cônsul brasileiro, Aloizio Gomide. O Estado de emergência perdurou de junho de 1968 ao final de 1972. Em 1971, os Tupamaros organizam a fuga de Punta Carretas, quando 105 militantes e outros presos fogem da prisão. O MLN possuía táticas de divulgação de sua força: a própria radiotransmissora e a tomada de estações de rádio. Em abril de 1972, o presidente do Uruguai, Bordaberry, suspende as liberdades civis e o exército realiza prisões em massa, torturas e grandes operações de cerco e captura.

No Brasil, a ditadura Vargas havia realizado grande repressão contra os comunistas e o período após o regime varguista foi de grandes tensionamentos. As classes dominantes brasileiras repudiam o processo revolucionário cubano e os EUA organizam novas operações para evitar o avanço da esquerda na América. Dos Santos afirma que o enorme crescimento industrial logrado de 1955 a 1960 aumentou as contradições socioeconômicas e ideológicas no Brasil e que “o golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial” (DOS SANTOS, 2000).

O Partido Comunista Brasileiro não organiza a luta armada, falhando em fornecer armas ou apoio aos revolucionários. Ao criticar as teses do Partido, Marighella (1967) argumenta que sua posição retrata um partido conservador, governista, igual aos demais partidos das classes dominantes. As teses refletem um partido que busca limitar a transformação social às medidas que possam ser concedidas pelas classes dominantes, que ambiciona chegar à transformação social de forma fragmentária, “como se o imperialismo e as classes dominantes estivessem dispostas a consenti-lo”. O partido não adota a revolução política como meio de transformação social, não tem como maior aspiração levar as massas à conquista do poder estatal. O autor entende que as teses enfocam de maneira errada o problema da burguesia, argumentando que já existem investigações sobre os grandes grupos econômicos no Brasil e, por conseguinte, já há estudos sobre a burguesia. Um deles, feito no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, com dados de 1962, revela os grandes grupos econômicos do Brasil, constituídos por 55 conglomerados de empresas, que controlam os setores estratégicos da economia brasileira e têm em suas mãos a parte substancial da produção e circulação de bens do país. Todos os grandes grupos econômicos no Brasil estão organizados de acordo com o sistema de empresas com matrizes no estrangeiro, ou o sistema “holdings”, isto é, sistema de empresas entrelaçadas que desenvolvem atividades principais ou secundárias. O grosso da burguesia corresponde à alta burguesia, ligada ao imperialismo e também ao latifúndio. Boa parte das grandes propriedades rurais está em mãos dos grandes capitalistas.

Ligada ao imperialismo e ao latifúndio, a burguesia brasileira representada pelo grupo dominante dessa classe, a alta burguesia, teme o proletariado e segue, no fundamental, o caminho das concessões ao imperialismo e ao latifúndio e não o das concessões ao proletariado. O outro setor da burguesia brasileira, totalmente distinto da alta burguesia, é representado sobretudo pela média e pequena burguesia industrial. Este setor não exerce atividades econômicas por meio de “holdings” e não tem influência política no governo. É um setor oprimido pelo imperialismo. Marighella (1967) afirma que as teses entram em contradição, argumentando que o PCB chama de burguesia nacional um setor da alta burguesia, que está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio. As teses, portanto, cometem erros em nome da burguesia nacional, estabelecendo que o poder estatal da revolução deverá ser constituído pelas classes e estratos que participem da luta contra o imperialismo e o latifúndio, e terá caráter pluripartidário, a fim de permitir que os diversos setores do bloco de classes revolucionárias se manifestem livremente, com um programa que exige a “libertação completa do domínio imperialista, a eliminação do latifúndio e das sobrevivências feudais, a reforma agrária radical e assim sucessivamente” (MARIGHELLA, 1967). Entretanto, o autor entende que é impossível “para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical” (MARIGHELLA, 1967). Para o autor, a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício principal das massas trabalhadoras da cidade e do campo, somente é possível com a eliminação da contradição entre a propriedade privada dos bens de produção e consumo e o caráter social da produção, ou seja, a liquidação do capitalismo. A ilusão em relação à burguesia é o fio condutor das teses. Em vez de uma oposição pelas bases, partindo de baixo, da força das massas nas empresas, nos bairros, nas escolas, no campo, recomenda-se unificar a ação de todas as forças e personalidades políticas que resistam à ditadura.

As “Teses” não se definem pela via armada, nem pela pacífica e insinuam o caminho eleitoral.

Elas se limitam a falar de formas de luta, sem falar do caminho da revolução. Marighella (1967) afirma que o fundamental é consignar a necessidade de preparar o partido e a massas para a luta armada, como saída revolucionária, como perspectiva para derrubar a ditadura ou enfrentar a agressão armada do imperialismo. A luta armada indicada como caminho da revolução, diferente da saída pacífica. Para Marighella, a questão é saber como enfrentar os problemas da situação internacional, como organizar a luta para impedir que os EUA prossigam com a guerra no Vietnã, considerando-se que a agressividade do imperialismo pode levá-lo a uma intervenção armada no Brasil, que constitui o principal ponto de apoio do imperialismo yanque. A conclusão é lutar pela unidade das forças revolucionárias latino-americanas na ação contra o imperialismo dos EUA, na luta pela derrubada das ditaduras serviciais ao governo dos EUA, como é o caso do Brasil.

Em 1967, contrariando a orientação do PCB, Marighella viaja para Cuba, para participar da Conferência da Organização Latino-Americana – OLAS. Após seu retorno de Cuba, Marighella e outros membros do agrupamento paulista do PCB rompem com o partido. Esses militantes, junto a outros, vão fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN). Muitas das ações de assalto a banco, em seu início, eram mantidas em sigilo, para que não despertasse a repressão. Marighella escreve em 1968 que, nos últimos tempos, tinha ocorrido uma mudança de qualidade no movimento revolucionário brasileiro, quando novas forças, surgidas no movimento de massas e se estendendo até à oposição eclesástica, se engajaram na luta antiditadura. Os atos terroristas passaram a desempenhar um papel na luta política e irromperam operações e táticas guerrilheiras. A ALN foi constituída para levar à prática uma linha revolucionária que tem como estratégia a guerrilha. Marighella escreve que o funcionamento da organização é de baixo para cima, e se faz à base do desencadeamento da ação e da luta revolucionária, dando ênfase à iniciativa tomada pelos grupos que constituem suas bases. A cúpula é composta por um número reduzido de pessoas que devem se destacar pelo seu desprendimento e pela participação nas ações mais arriscadas e responsáveis. O pequeno núcleo inicial de combatentes que se lançou à ação e constituiu a organização revolucionária partiu de princípios revolucionários opostos aos princípios oportunistas de organização.

Ao surgir, a ALN já contava com uma parte estratégica e tática dedicada a realizar o trabalho secreto na área estratégica das operações de guerrilha. A outra parte da organização ficou constituída de grupos revolucionários. Marighella deve o avanço da ALN aos atos terroristas revolucionários e às operações e táticas guerrilheiras postas em prática clandestinamente pela organização, demonstrando a importância de desenvolver a luta guerrilheira simultaneamente com o avanço do movimento de massas. Menciona a importância de se ter três frentes de atividades: a frente guerrilheira, a frente de massas e a rede de sustentação. A frente guerrilheira é caracterizada, inclusive, pelas ações armadas de todos os tipos e pela ação antiamericana. A frente de massas tem à frente o movimento estudantil, e organiza as formas de luta de massas, como as ocupações, passeatas, protestos e greves. As ações do movimento de massas devem ser ações armadas. Marighella compreende que é sobretudo entre as massas camponesas que essa frente deve ser constituída, dada a necessidade de radicalizar as lutas na área rural. A rede de sustentação é a grande frente logística de apoio da revolução brasileira e da guerrilha.

Em 15 de agosto de 1969, a ALN toma os transmissores da Rádio Nacional e lê um documento onde reivindica a revolução cubana e denunciava o imperialismo estadunidense. A ALN reconhece a importância da classe operária, a necessidade de realizar a reforma agrária e superar o latifúndio. Entre os objetivos que menciona em seus discursos e materiais estão: derrubar a ditadura militar, formar um governo revolucionário do povo, expulsar os norte-americanos, expropriar as firmas, bens e propriedades dos EUA e de quem com eles colabora, expropriar o latifúndio, retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos EUA, colocando-o no plano mundial como uma nação independente, e reatar as relações diplomáticas com Cuba e com os países socialistas. Em seu texto de 1969, Marighella afirma que a revolução é um fenômeno social que depende dos homens, das armas e dos recursos. Argumenta pela

organização de um núcleo disciplinado com estratégia de longo alcance e uma visão tática consistente com a aplicação da teoria marxista, dos desenvolvimentos do leninismo e do Castro-Guevarismo, aplicados às condições específicas da situação revolucionária. Esse núcleo dirigirá a rebelião à fase da guerra de guerrilha.

Marighella é assassinado durante o regime militar, assim como outros membros da ALN. Carlos Eugênio Paz, comandante militar da ALN, afirma que a organização não lutava apenas contra a ditadura, mas buscava transformar o país de forma radical. As ações eram reivindicadas, indicando-se o motivo pelo qual se lutava. A ALN teve seu aparato militar desmantelado, não conseguindo avançar com seu programa revolucionário de libertação nacional. A luta revolucionária brasileira será inspiração de outros grupos em todo o mundo. A Fração do Exército Vermelho (RAF), na Alemanha Ocidental, faz referência a Marighella.

Considerações finais

A situação de dependência e de subordinação econômica traz semelhanças entre os contextos de Cuba, Brasil e Uruguai, cuja dominação colonial não se extinguiu com a independência, de modo a continuarem sob intervenção imperialista. A luta contra o capitalismo foi também uma luta contra o imperialismo. Diante da falência das instituições e da incapacidade de serem superadas as mazelas sociais a partir de eleições, a luta armada foi a forma encontrada pelos movimentos latino-americanos.

Cuba vivia uma situação de agravamento da miséria, diante da exploração ainda maior realizada especialmente pelos EUA, de crise de cúpulas que desencadeia o golpe de 1952, e de ação independente de massas, com a realização de greves espontâneas, como após a morte de Frank País, constituindo uma situação revolucionária que permitiu a ação radicalizada do M26 e do Exército Rebelde, culminando na queda de Batista e no afastamento dos setores moderados, de modo a permitir o desenvolvimento de uma política de independência nacional que sinalizasse para o socialismo. O M26 consolida-se como anti-imperialista, anticapitalista e anticolonial, centrando-se na independência de Cuba frente aos EUA e à Europa, influenciando os movimentos latino-americanos, que levam para seus debates internos a estratégia cubana, mas a revolução, em que pese sua afirmação socialista, tem dificuldades em superar sua situação de dependência, ainda que tenha obtido avanços sociais, especialmente na área da saúde e da educação.

O extermínio dos índios no século XIX e o desenvolvimento econômico do Uruguai, um país do Cone Sul, gerador de uma população majoritariamente de classe média, abalado com a crise do pós-guerra que faz avançar o empobrecimento, combinado com um país com menor extensão territorial, propiciou a construção do MLN-T visando desenvolver o processo de luta armada no Uruguai quando a conjuntura latino-americana permitisse e fez com que o MLN adotasse a guerrilha urbana e o discurso anti-imperialista nacionalista, apoiado por Cuba, ainda que Sendic tenha atuado na área rural, junto ao campesinato. Diferente da ALN, que se constitui após o golpe de 64, o MLN-T atuou especialmente antes de 1973, quando o golpe amplia a repressão, ainda que o autoritarismo já viesse se desenvolvendo no Uruguai há anos. A existência do grande latifúndio, do campesinato e de trabalhadores urbanos, combinada com uma grande população de indígenas e negros, no Brasil, faz a ALN defender a guerrilha rural e urbana, ressaltando a primeira, como o fez Cuba, colocando em destaque a luta anti-imperialista e anticapitalista, incorporando o discurso de liberdade da pátria frente aos interesses estrangeiros inclusive em seu próprio nome.

A luta contra a subordinação econômica, contra a colonialidade e o imperialismo formou parte dos movimentos populares latino-americanos, que chegaram a incorporar em seu nome, sua bandeira e seu programa a libertação nacional, reivindicando uma unidade latino-americana e questionando o eurocentrismo e, especialmente, a dominação estadunidense como ponto central de suas ações, inclusive, militares.

Referências Bibliográficas

- ALDRIGHI, C; WAKSMAN, G. *Tupamaros exilados em Chile de Allende (1970-1973)*. Montevideo: Mastergraf, 2015.
- BAMBIRRA, V. *La Revolución Cubana: Una reinterpretación*. México: Nuestro Tiempo, 1974.
- CASTRO, F. *La Revolución Cubana - 1953/1962*. México: Era, 1972.
- CORES, H. *El 68 Uruguayo. Los Antecedentes. Los Hechos. Los Debates*. Montevideo: La Banda Oriental, 1997.
- COSTA, O. *Los Tupamaros*. México: Ediciones Era, 1975.
- DOS SANTOS, T. *A Teoria da Dependência – Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FERRO, R. *El Único Sobreviviente*. La Havana: Editorial José Martí, 2013.
- GUEVARA, E. *Pasajes de la Guerra Revolucionaria*. La Havana: Editora Política, 2013.
- _____. *Proyecciones sociales del Ejército Rebelde*, 1959.
- MARIGHELLA, C. *Algumas Questões Sobre as Guerrilhas no Brasil*. 1967.
- _____. *Crítica às Teses do Comitê Central*.
- MENCIA, M. *El Grito del Moncada*. Volumen II. La Havana: Editora Política, 1986
- MERCADER, A; VERA, J. *Tupamaros: estrategia y acción*. Montevideo: Alfa, 1969.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. Clacso - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- TAIBO, P. *Ernesto Guevara: também conhecido como Che*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SANTAMARÍA, H. *Haydée habla del Moncada*. Havana: Ocean press, 2005.
- SASSO, R. *8 octubre de 1969. La toma de Pando*. Montevideo: Fin de Siglo, 2005.
- TRISTÁN, E. *A la vuelta de la esquina (1955-1973)*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.
- VALDESPINO, J. *Mártires del Granma*. La Havana: Casa Editora Abril, 2012.